

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

Processo nº: 3.149/19-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Representação

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE

Sessão: Pauta nº 14, S.O. nº 5.108, de 28.2.2019

Publicação: DODF nº 40, de 26.2.2019, pág. 11

Ementa: Representação nº 4/2019-CF oferecida pelo Ministério Público de Contas acerca de suposto descumprimento de jornada de trabalho pelos servidores da Secretaria de Estado de Saúde.

O Corpo Técnico sugere o conhecimento da exordial e a concessão de prazo à jurisdicionada para manifestação.

VOTO de acordo com a Instrução.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 4/2019-CF, oferecida pelo Ministério Público de Contas, acerca de suposto descumprimento de jornada de trabalho pelos servidores da Secretaria de Estado de Saúde (e-doc 30C3D148-e).

2. Em apertada síntese, a nobre Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA noticia:

- supostas ocorrências de irregularidades no cumprimento da jornada de trabalho, incluindo troca de plantões ou a prática de escalas informais, “*dupla militância*”, em que servidor, escalado na jurisdicionada, ausenta-se para prestação de atividade privada;
- elevado número de licenças e de restrições laborais, mas manutenção das atividades privadas por parte desses mesmos profissionais;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

- inércia da Secretaria de Estado de Saúde diante da proposta da Polícia Civil para desenvolvimento de sistema de informática com vistas à fiscalização e controle de escalas;
- a importância dos sistemas informatizados que permitem o cruzamento de dados, a exemplo do Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, a fim de identificar vínculos com a iniciativa privada e, até mesmo, a existência de atestados médicos com restrição laboral apresentado tão somente no âmbito do serviço público;
- a publicação do Decreto nº 39.588/18, de 28.12.2018, que estabeleceu o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEPE/DF.

3. Por fim, requer atuação desta Corte para encontrar ferramentas *“acessíveis e disponíveis a qualquer cidadão, para o bom desempenho do controle social”*, bem como para acompanhar a *“implantação do sistema sugerido pela PCDF, ouvindo-se o ex-Secretário de Saúde do DF, para que justifique o motivo pelo qual não adotou as providências cabíveis que poderiam ter minorado a ocorrência de irregularidades nessa área”*.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

4. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 54/2019 – GAB/SEFIPE (e-doc 89721130-e), de 15.2.2019, analisa a matéria nos termos seguintes:

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO		
Representante:	Ministério Público de Contas do DF	
Teor da Representação:	Ocorrência de possíveis irregularidades praticadas no âmbito da SES/DF acerca de descumprimento da jornada de trabalho pelos servidores daquela Pasta.	
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Requisitos	S/N/NA	Observação:
2.1 - O Representante é legitimado?	SIM	Art. 230, IV, do RI/TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

2.2 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.3 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.4 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada (inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
<p>A ilustre representante do Parquet destaca, preliminarmente, que a imprensa e órgãos de controle, continuamente, têm denunciado supostas ocorrências de irregularidades no cumprimento da jornada de trabalho por parte dos servidores da SES/DF, incluindo troca de plantões ou a prática de escalas informais, “dupla militância”, em que servidor, escalado na jurisdicionada, ausenta-se para prestação de atividade privada.</p> <p>Ademais, ressalta que outra grave ocorrência seria o elevado número de licenças e de restrições laborais, não compatíveis, todavia, com o exercício em atividade privada por parte desses mesmos profissionais.</p> <p>Lamenta que, embora a Polícia Civil tenha se oferecido para desenvolvimento de sistema de informática com vistas à fiscalização e controle de escalas, a SES/DF manteve-se silente acerca da proposta.</p> <p>Relembra investigação da PCDF em que foram detectados burla ao cumprimento da escala de serviço, lançamento de horas extras excessivas, e choque de escalas em hospitais da rede com atuação em magistério no âmbito da Faculdade de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs).</p> <p>Nesse contexto, o MPC, ressalta a importância dos sistemas informatizados que permitem o cruzamento de dados, a exemplo do CNAE¹, RAIS², a fim de identificar vínculos com a iniciativa privada, e, até mesmo a existência de atestados médicos com restrição laboral apresentado tão somente no âmbito do serviço público.</p> <p>Destaca a publicação do Decreto nº Decreto 39588/18, que estabeleceu o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEP/DF) como “sistema oficial de gerenciamento das informações e ações de gestão de pessoas, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e as entidades da Administração Pública Indireta que recebem recursos do Tesouro Nacional”, que seria composto, dentre outros, pelos seguintes macroprocessos: Informações gerais de Pessoal, Informações Funcionais, Vida Funcional e Folha de Pagamento.</p> <p>Ao seu juízo, o Parquet especializado entende que tal sistema, um vez implementado, deve permitir “acesso rápido e automático às informações acerca de folhas de ponto, escalas e afastamento dos servidores públicos, especialmente, no caso em tela, da SES/DF, viabilizando efetivo cruzamento desses dados com outros (CNAE, RAIS etc) por esta Corte.”</p> <p>Ressalta ainda as ações realizadas mediante termo de cooperação entre TCU e Tribunais de Contas dos Estados e DF, voltados ao compartilhamento de</p>		

¹ Classificação Nacional de Atividades Econômicas

² Relação Anual de Informações Sociais

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

informações que permitem o cruzamento de dados com vistas à apuração de irregularidades na acumulação de cargos, empregos e funções de servidores ativos, aposentados e pensionistas, além de teto remuneratório e parcelas percebidas em duplicidade. No âmbito do TCDF, cita os Processos nºs 23435/2013, 8608/2016 e 27751/2018.

Ao fim, o MPC/DF oferta a presente Representação, para que a Corte possa atuar no caso, “ofertando sua contribuição, como órgão de controle externo, de maneira a que situações, como as descritas, não fiquem na dependência do interesse pessoal de tal ou qual gestor, mas se encontrem ferramentas, inclusive, acessíveis e disponíveis a qualquer cidadão, para o bom desempenho do controle social. A publicação das escalas, ainda, é medida urgente, pois ela poderá coibir eventuais fraudes, tornando transparente o cumprimento da jornada”.

Requer, ainda, “que seja acompanhada a implantação do sistema sugerido pela PCDF, ouvindo-se o ex-Secretário de Saúde do DF, para que justifique o motivo pelo qual não adotou as providências cabíveis que poderiam ter minorado a ocorrência de irregularidades nessa área”.

Da admissibilidade

Inicialmente, convém destacar que a matéria acerca de falhas no cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores da SES/DF, pagamento de horas extras, já foi objeto de demandas no âmbito desta Corte de Contas.

No âmbito da SEFIPE, tramita o Processo nº 3442/2012, que trata de inspeção levada a efeito para averiguar irregularidades na acumulação de cargos de Peritos Médicos da PCDF com Médicos da SES/DF, com jornadas de trabalho excessivas. A Decisão nº 5179/2018, acerca de constatada sobreposição de horários de trabalho de servidor, noticiada pela Corregedoria da PCDF (e-doc 8E4784D4-e), foi proferida naqueles autos.

No que se refere a horas extras excessivas, o Processo nº 18310/2018 trata de possíveis irregularidades em dispositivos da Lei n.º 6.137/2018, do Decreto n.º 39.048/2018 e da Portaria SES n.º 473/2018, que tratam da remuneração por Trabalho em Período Definido – TPD, no âmbito da SES/DF. No feito em trâmite foram requisitadas informações sobre as unidades de saúde de lotação e as respectivas escalas, e rol de todos os servidores que percebem a TPD, com o quantitativo de horas correspondentes.

Especificamente quanto ao controle de frequência dos servidores daquela jurisdição, convém destacar que tramita o Processo nº 13507/2014, que acompanha a implantação do Sistema de Registro de Frequência – SISREF (FORPONTO) na SES/DF, em que foram propostas soluções para melhoria do controle de presença, consoante Decisão nº 2458/2015.

O monitoramento das medidas implementadas pela SES/DF em atenção ao referido decisor é realizado por meio do Processo nº 1790/2017, que tramita com proposta do corpo técnico para reavaliação da sistemática de controle de frequência dos servidores da Pasta, “seja pela opção em manter o atual sistema (SISREF/Forponto) ou pela adoção de nova solução tecnológica, com vistas a abranger a universalidade de servidores da Secretaria e aferir o fiel cumprimento da jornada e escala de trabalho” (e-doc e-DOC 8D2EE4A2-e).

Inclusive, demanda oriunda do Ministério Público acerca do tema, que, embora tenha tramitado pela SEFIPE, a exemplo do e-doc 5D34A709-e, referente à denúncia de possível descumprimento da escala de trabalho, falhas e fraude no sistema de registro de ponto biométrico na SES/DF, foi encaminhada à SEAUD, e tratada nos referidos autos de monitoramento.

No que se refere ao controle social proposto pelo MPC, mediante publicação de escalas dos servidores da SES/DF, convém destacar que foi lançado pelo GDF o aplicativo “Siga Brasília”³, que além de disponibilizar informações sobre receitas e despesas do governo, remuneração de servidores, conteúdo extraído



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

do Portal da Transparência⁴, divulga ainda a “escala dos profissionais de saúde” no âmbito da rede hospitalar do DF.

No que se refere ao SIGEPE, de que trata o Decreto nº 39.588/2018, o sistema se encontra em fase de implantação, sem notícia, todavia, acerca do alcance de suas funcionalidades em relação ao “acesso rápido e automático às informações acerca de folhas de ponto”, “escalas e afastamento dos servidores públicos” e “efetivo cruzamento desses dados”, como pressupõe permitir o MPC.

De qualquer sorte, há que se buscar a manifestação da SES/DF acerca dos fatos noticiados na presente representação.

2.5 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.6 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (§ 6º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-

3. ANÁLISE

Requisitos	S/N/NA	Motivação
3.1 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º do art. 230 do RI/TCDF?	SIM	A oitiva do titular da SES/DF se faz necessária para os devidos esclarecimentos.
3.2 – Há necessidade de realização de inspeção?	NÃO	-
3.3 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF?	NÃO	-

4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

A Representação preenche os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF.

As supostas ocorrências de irregularidades no cumprimento da jornada de trabalho por parte dos servidores da SES/DF, incluindo troca de plantões ou a prática de escalas informais, “dupla militância”, elevado número de licenças e restrições laborais, em descompasso com o exercício em atividade privada por parte desses mesmos profissionais, podem indicar irregularidades que atentam contra os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Desta feita, **somos pelo conhecimento da demanda.**

5. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. conhecer da Representação (e-doc 30C3D148-e), bem como dos anexos que a acompanham (e-doc’s 14378573-e, 7A0C077A-e e 8E4784D4-e), pelo atendimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF;

II. dar ciência desta decisão à representante do Parquet, signatária da peça exordial da presente demanda;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

III. conceder prazo de 15 (quinze) dias à SES/DF, para, nos termos do art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresentar os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor da representação;

IV. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia da Representação e anexos à SES/DF para subsidiar o atendimento do previsto no item III precedente;

b) o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.”

É o Relatório.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

VOTO

6. Nesta fase, analisa-se a admissibilidade da Representação nº 4/2019-CF, oferecida pelo Ministério Público de Contas, acerca de suposto descumprimento de jornada de trabalho pelos servidores da Secretaria de Estado de Saúde (e-doc 30C3D148-e).

7. A Unidade Instrutória sugere o conhecimento da exordial e fixação de prazo para manifestação da jurisdicionada.

8. Passa-se à apreciação.

9. Preliminarmente, registra-se que a peça inaugural preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 230 do Regimento Interno desta Casa, razão pela qual deverá ser conhecida.

10. Em que pese a existência de outros processos³ nesta Corte relacionados à jornada de trabalho dos servidores da Secretaria de Estado de Saúde, correta a proposta da Instrução de solicitar esclarecimentos a jurisdicionada acerca dos fatos narrados, de forma a subsidiar o exame de mérito da matéria.

11. Por fim, no tocante ao controle social suscitado pela Representante, salienta-se a disponibilização do aplicativo “*Siga Brasília*”⁴, por meio do qual é possível consultar a escala dos profissionais de saúde no âmbito da rede hospitalar do Distrito Federal.

Com esses esclarecimentos, de acordo com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. conheça da Representação nº 4/2019-CF, oferecida pelo Ministério Público de Contas (e-doc 30C3D148-e), por estarem preenchidos os pressupostos previstos no art. 230 do Regimento Interno desta Corte;

II. conceda à Secretaria de Estado de Saúde o prazo de 15

³ Processo nº 3.442/12 (Acumulação de cargos. Relator CMA); Processo nº 18.310/18 (Remuneração por Trabalho em Período Definitivo. Relator CIM); Processo nº 13.507/14 (Sistema de Registro de Frequência. Relator CPT); Processo nº 1.790/17 (Controle de Frequência. Relator CMM), dentre outros.

⁴ <http://www.sigabrasilia.df.gov.br/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8

Proc.: 3.149/19-e

(quinze) dias para que apresente esclarecimentos acerca do teor da inicial;

III. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao Ministério Público de Contas, signatário da presente demanda;

IV. autorize:

a) o envio de cópia da Representação nº 4/2019–CF, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde, a fim de subsidiar o cumprimento do inciso II;

b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2019.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada.